

**Nascentes do Xingú
Participações e
Administração S.A.**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigação envolvendo controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea Saneamento”), controladora da Companhia, contratou escritório de advocacia e empresa de investigação independente para averiguação dos eventos sobre os procedimentos investigatórios da Polícia Federal, deflagrado em 11 de maio de 2017 na controlada Águas Guariroba S.A.. Até o presente momento os trabalhos dos consultores contratados e as medidas tomadas pelo Conselho de Administração relativas à operação da Polícia Federal mencionada acima não foram totalmente finalizados assim como a análise dos possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras da Aegea Saneamento. A Companhia não está no escopo das investigações. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a administração da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da administração e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da administração acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da administração com relação a parcelamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas 4.f. e 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 4.e., 4.l., 11 e 12.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e conseqüentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 4.e., 4.l., 11 e 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

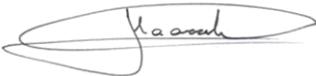
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	6	1.155	609	Fornecedores e empreiteiros	13	4	2	10.776	13.156
Aplicações financeiras	6	23.732	17.205	54.196	56.803	Empréstimos e debêntures	14	3.408	3.321	7.748	6.700
Contas a receber de clientes	7	-	-	21.258	21.465	Obrigações trabalhistas e sociais		507	1.707	4.039	5.049
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	26.136	23.181	18.519	18.519	Obrigações fiscais		158	213	885	1.272
Impostos a recuperar	8	2.225	2.060	3.153	4.176	Imposto de renda e contribuição social		-	-	300	39
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9	1.478	1.478	-	-	Parcelamentos de impostos		-	-	265	261
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	2.181	200	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	32.906	32.906	51.855	51.855
Outros créditos		-	-	736	439	Outras contas a pagar		2.110	2.110	3.075	2.354
Total do ativo circulante		53.576	43.930	101.198	102.211	Total do passivo circulante		39.093	40.259	78.943	80.686
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	39.881	39.881	-	-	Empréstimos e debêntures	14	174.983	166.930	195.842	186.026
Debêntures privadas partes relacionadas	9	209.928	211.617	-	-	Parcelamentos de impostos		-	-	751	1.004
Contas a receber de clientes	7	-	-	1.349	2.112	Provisão para demandas judiciais	15	-	-	372	257
Impostos a recuperar	8	7.482	7.482	7.482	7.482	Passivo fiscal diferido	21 b.	708	1.102	20.878	23.172
Ativo fiscal diferido	21 b.	-	-	9.347	8.890	Provisão para perdas em investimentos	10	7.923	6.140	-	-
Depósitos judiciais	15	169	73	621	451	Outras contas a pagar		-	-	1.575	1.587
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	8.188	2.989	Total do passivo não circulante		183.614	174.172	219.418	212.046
Outros créditos		-	-	2.139	2.143	Total do passivo		222.707	214.431	298.361	292.732
Total do realizável a longo prazo		257.460	259.053	29.126	24.067	Patrimônio líquido	16				
Investimentos	10	96.591	95.023	-	-	Capital social		187.555	187.555	187.555	187.555
Imobilizado		-	-	3.842	2.679	Ajuste de avaliação patrimonial		1.275	137	1.275	137
Ativo de contrato da concessão	11	-	-	48.418	102.731	Prejuízos acumulados		(3.910)	(4.117)	(3.910)	(4.117)
Intangível	12	-	-	342.597	290.079	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		184.920	183.575	184.920	183.575
Total do ativo não circulante		354.051	354.076	423.983	419.556	Participação de não controladores		-	-	41.900	45.460
Total do ativo		407.627	398.006	525.181	521.767	Total do patrimônio líquido		184.920	183.575	226.820	229.035
						Total do passivo e patrimônio líquido		407.627	398.006	525.181	521.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	17	-	-	142.261	143.135
Custos dos serviços prestados	18	-	-	(102.928)	(105.765)
Lucro bruto		-	-	39.333	37.370
Despesas de vendas, administrativas e gerais	19	(1.358)	(5.859)	(25.429)	(25.792)
Outras receitas operacionais		-	-	110	74
Outras despesas operacionais		-	-	(98)	(106)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1.353)	(3.452)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(2.711)	(9.311)	13.916	11.546
Receitas financeiras	20	22.836	33.769	18.988	13.678
Despesas financeiras	20	(19.891)	(18.758)	(36.092)	(25.251)
Resultado financeiro		2.945	15.011	(17.104)	(11.573)
Resultado antes dos impostos		234	5.700	(3.188)	(27)
Imposto de renda e contribuição social	21	(27)	(3.036)	(165)	(2.479)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		207	2.664	(3.353)	(2.506)
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		207	2.664	207	2.664
Acionistas não controladores		-	-	(3.560)	(5.170)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		207	2.664	(3.353)	(2.506)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>207</u>	<u>2.664</u>	<u>(3.353)</u>	<u>(2.506)</u>
Outros resultados abrangentes:					
Valor justo de derivativos	22	1.724	767	1.724	767
IR/CS sobre valor justo de derivativos	22	<u>(586)</u>	<u>(261)</u>	<u>(586)</u>	<u>(261)</u>
Resultado abrangente total		<u><u>1.345</u></u>	<u><u>3.170</u></u>	<u><u>(2.215)</u></u>	<u><u>(2.000)</u></u>
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		1.345	3.170	1.345	3.170
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.560)</u>	<u>(5.170)</u>
Resultado abrangente total		<u><u>1.345</u></u>	<u><u>3.170</u></u>	<u><u>(2.215)</u></u>	<u><u>(2.000)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores			Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
		Capital social subscrito	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados			Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019		60.002	(369)	(6.781)	52.852	50.630	103.482
Aumento de capital social	16 a.	127.553	-	-	127.553	-	127.553
Valor justo de derivativos		-	506	-	506	-	506
Lucro do exercício		-	-	2.664	2.664	(5.170)	(2.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>187.555</u>	<u>137</u>	<u>(4.117)</u>	<u>183.575</u>	<u>45.460</u>	<u>229.035</u>
Valor justo de derivativos	22	-	1.138	-	1.138	-	1.138
Lucro do exercício		-	-	207	207	(3.560)	(3.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>187.555</u>	<u>1.275</u>	<u>(3.910)</u>	<u>184.920</u>	<u>41.900</u>	<u>226.820</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos		234	5.700	(3.188)	(27)
Ajustes para:					
Amortização e depreciação	18 e 19	-	-	32.947	27.449
(Reversão) Provisão de demandas judiciais	15 e 19	(10)	-	1.081	1.011
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	7 e 19	-	-	1.999	866
Baixa de títulos do contas a receber	7	-	-	4.870	1.673
Resultado na baixa de intangível	12	-	-	578	82
Resultado de equivalência patrimonial	10	1.353	3.452	-	-
Juros sobre aplicações financeiras e debêntures	20	(22.584)	(33.354)	(1.301)	(2.390)
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	(7.100)	(334)
Juros sobre empréstimos e debêntures	14 e 20	17.968	16.352	14.588	9.222
Amortização e baixa do custo de captação	14	576	574	825	821
Variação cambial	14 e 20	-	-	6.735	1.023
(Reversão) Provisão de ajuste a valor presente de clientes	7 e 20	-	-	(578)	162
Provisão (Reversão) para bônus		-	553	-	(464)
		(2.463)	(6.723)	51.456	39.094
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) / Diminuição dos ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	(5.670)	(7.211)
Impostos a recuperar		(62)	1.190	1.465	(935)
Depósitos judiciais		(86)	(73)	(170)	(147)
Outros créditos		-	-	(293)	1.227
Aumento / (Diminuição) dos passivos					
Fornecedores e empreiteiros		2	(90)	(2.380)	4.687
Obrigações trabalhistas e sociais		(1.200)	1.196	(1.010)	1.391
Obrigações fiscais		(45)	86	(387)	515
Parcelamentos de impostos		-	-	(249)	(215)
Pagamento de demandas judiciais	15	(10)	-	(966)	(774)
Outras contas a pagar		-	-	1.057	304
Juros pagos	14	(10.404)	(9.956)	(11.696)	(11.501)
Imposto de renda e contribuição social pagos	21	(472)	(2.980)	(3.377)	(5.466)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		(14.740)	(17.350)	27.780	20.969
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aplicações financeiras e debêntures		11.073	11.333	2.087	(18.485)
Juros recebidos		6.621	14.140	1.515	1.553
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-	(39.881)	-	-
Aquisição de imobilizado		-	-	-	(2.535)
Aquisição de intangível		-	-	(1.200)	-
Aquisição de ativo de contrato da concessão	11	-	-	(27.029)	(31.111)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		17.694	(14.408)	(24.627)	(50.578)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Empréstimos e debêntures pagas	14	-	-	(4.251)	(3.358)
Conta corrente líquida - partes relacionadas		(2.955)	31.754	-	32.840
Instrumentos financeiros derivativos pagos		-	-	1.644	(258)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		(2.955)	31.754	(2.607)	29.224
(Redução) Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		(1)	(4)	546	(385)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	6	10	609	994
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	5	6	1.155	609
(Redução) Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		(1)	(4)	546	(385)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em julho de 2012 com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, São Paulo - SP. Sua finalidade principal é e participar em outras sociedades e atuar como *holding* de 17 empresas que prestam serviços de fornecimento de água e tratamento dos esgotos nos municípios de Sorriso, Poconé, Primavera do Leste, Campo Verde, Marcelândia, Vera, União do Sul, São José do Rio Claro, Santa Carmem, Nortelândia, Pedra Preta, Jangada, Peixoto de Azevedo, Carlinda, Claudia, Jauru e Barra do Garças, todas no Estado do Mato Grosso.

Os contratos e seus aditivos das companhias consolidadas na Nascentes do Xingú, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 184.618.

Os principais compromissos assumidos entre junho de 2000 a abril de 2052 pelas controladas da Companhia, de acordo com os Contratos de Concessão e seus aditivos são: (i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2019 e 2052, de acordo com cada município; (iii) reduzir os índices de perdas entre 2020 a 2026 para 20% e manter até o final da concessão.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia e suas controladas avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade de pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

COVID-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde “OMS”, declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados. Neste contexto, a Administração da Companhia vêm adotando, em conjunto com suas controladas, medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e as comunidades em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia e suas controladas, a Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”) acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços de água e esgoto, essenciais para a sociedade.

Neste sentido, a Companhia implementou as seguintes medidas:

- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus, realizando apenas as viagens essenciais para manutenção das operações;
- Suspensão dos treinamentos presenciais e participação em eventos para todos os colaboradores;

- Orientação de regime de home office para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e isolamento de todos os funcionários classificados como de maior risco (acima de 60 anos e com doenças crônicas, conforme orientação dos entes públicos);
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas, disponibilização de canais de atendimento médico 24 horas para apoio aos funcionários e familiares e disponibilização de canais internos de comunicação aos funcionários, focados no atendimento relativo à pandemia;
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais; e
- Implementação dos planos de contingências necessários para assegurar o fornecimento de água e o tratamento de esgoto nos municípios onde atuamos, que continuam em pleno funcionamento.

A Companhia também está monitorando potenciais efeitos no capital de giro decorrentes de eventual aumento do estoque de contas a receber, em virtude da restrição de circulação de pessoas em algumas localidades, e está tomando medidas que visem à preservação e otimização do uso de recursos.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto do COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.

Investigações envolvendo colaboradores vinculados à ex-controlada e controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.

Conforme a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”), relativas a 31 de dezembro de 2020 e divulgada no dia 19 de fevereiro de 2021, alguns colaboradores vinculados à ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. e à controlada Águas Guararoba S.A. foram alvo de procedimentos investigatórios, no âmbito das Operações Sevandija (conduzido pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado de São Paulo - GAECO) e Operação Lama Asfáltica (conduzida pela Polícia Federal), deflagradas, respectivamente, em 1º de setembro de 2016 e 11 de maio de 2017. Cabe informar que o Conselho de Administração da Aegea contratou escritórios de advocacia e empresa de investigação independentes, com o objetivo de realizar investigação independente para apurar as alegações de fato apontadas nas duas operações. Esclarece que a Companhia e suas controladas não estão no escopo de nenhuma das duas investigações conduzidas pelas autoridades já mencionadas, sendo essas relacionadas tão somente às já citadas ex-controlada e controlada. No mais, a Aegea permanece no firme propósito de colaborar com as autoridades para elucidação dos fatos e tomar medidas que eventualmente se fizerem necessárias.

Em relação ao evento supracitado, relacionado à ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. no âmbito das Operações Sevandija, a Aegea divulgou fato relevante em 29 de outubro de 2020, informando que foi homologado Acordo de Não Persecução Cível celebrado entre a ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda., com o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto - DAERP e o município de Ribeirão Preto, tendo a Aegea ingressado como garantidora das obrigações financeiras de responsabilidade direta da Aegea Engenharia (“Acordo”), pelo qual a Aegea Engenharia, na qualidade de responsável financeira, se comprometeu a pagar o valor de R\$ 40.000 (que serão atualizados até a data do pagamento), ao DAERP, além de ter assumido outras obrigações usuais nesse tipo de transação.

As obrigações estabelecidas no Acordo de Não Persecução Cível foram devidamente cumpridas, inclusive o pagamento do valor de R\$ 40.000 pela Aegea Engenharia, de modo que as alegações contra a Aegea e sua ex-controlada nos processos administrativos e judiciais vinculados à referida operação não mais subsistem, afastando-se quaisquer riscos à Aegea e sua ex-controlada relativamente ao tema.

Os termos e condições do Acordo são sigilosos, nos termos da legislação aplicável, tendo as Partes signatárias do Acordo outorgado mutuamente quitação das obrigações decorrentes do contrato celebrado em Ribeirão Preto, o que decorre no encerramento dos processos administrativos, bem como atendem ao melhor interesse da Aegea, seus acionistas e stakeholders visando resolver de forma definitiva a questão.

2 Entidades do grupo

A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia e suas controladas:

Controladas	Principais Segmentos de Atuação	Contrato de concessão ou edital nº	Data de término da concessão	% de Participação			
				2020		2019	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
Águas de Barra do Garças Ltda.	Concessão Água e Esgoto	090/2003	09/2033	99,99%	-	99,99%	-
Águas de Sorriso S.A.	Concessão Água e Esgoto	001/2000	06/2030	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Poconé S.A.	Concessão Água	146/2008	06/2024	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Primavera S.A.	Concessão Água e Esgoto	001/05/2000	08/2030	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Campo Verde S.A.	Concessão Água e Esgoto	01/2001	11/2031	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Marcelândia S.A.	Concessão Água e Esgoto	001/2003	06/2033	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Vera S.A.	Concessão Água e Esgoto	001/2003	04/2041	51,00%	-	51,00%	-
Águas de União do Sul S.A.	Concessão Água e Esgoto	001/2000	08/2030	51,00%	-	51,00%	-
Águas de São José S.A.	Concessão Água e Esgoto	01/2008	03/2038	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Santa Carmem S.A.	Concessão Água	001/2001	11/2031	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Nortelândia S.A.	Concessão Água	001/2002	01/2052	51,00%	-	51,00%	-
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	Concessão Água e Esgoto	098/2003	12/2032	51,00%	-	51,00%	-
Saneamento Básico de Jangada S.A.	Concessão Água e Esgoto	031/2004	06/2034	51,00%	-	51,00%	-
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	Concessão Água e Esgoto	001/1998	08/2030	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Carlinda S.A.	Concessão Água	001/04	01/2034	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Cláudia S.A.	Concessão Água e Esgoto	033/2004	03/2034	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Jaurú Abastecimento e Distribuição S.A.	Concessão Água e Esgoto	013/2012	01/2042	51,00%	-	51,00%	-

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 26 de fevereiro de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 12);
- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 15);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 17); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (nota explicativa nº 21).

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 22.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios:

- Pelo valor justo; ou
- Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas.

Ajustes à participação de não-controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ajuste é feito no ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) e nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício.

(ii) Controladas

As demonstrações financeiras das controladas, conforme nota explicativa nº 2, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

b. Receita de contrato com cliente

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados pela Companhia e suas controladas. Quando as controladas prestam mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Abaixo, estão descritas as informações sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a contratos com clientes.

(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

(iii) Receitas de construção ativo intangível

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas da Companhia estimaram que eventual margem é próxima a zero.

c. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como elas gerenciam seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo.

Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebram um acordo de repasse, elas avaliam se, e em que medida, retiveram os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A controlada da Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, *swaps* de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

No início de um relacionamento de *hedge*, a controlada da Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual desejam aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a controlada da Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a controlada da Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Hedges de fluxo de caixa

A controlada da Companhia utiliza contratos futuros de moedas como *hedge* de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações previstas e compromissos firmes. A parcela ineficaz referente a contratos em moeda estrangeira é reconhecida como despesa financeira.

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

Para quaisquer outros *hedges* de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram.

Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

d. Imobilizado

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

- As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do exercício corrente e comparativo são as seguintes: móveis e utensílios 5 a 15 anos, equipamentos de informática 3 a 15 anos, e veículos, máquinas e equipamentos 3 a 15 anos.

A vida útil do direito de uso é estabelecida de acordo com o prazo de cada arrendamento estabelecido em contrato, levando em consideração os fatos e circunstâncias relevantes para manter ou rescindir, exercer ou cancelar a opção de prorrogar o contrato conforme o caso.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes ativos intangíveis: itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “I”, software e direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

As controladas da Companhia reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia e suas controladas consideram o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. As controladas da Companhia realizaram o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 22.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

g. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia e suas controladas definem que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2020 e 2019 com relação a este assunto.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas controladas tiveram uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiveram uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia e suas controladas, oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimento de aplicações financeiras e debêntures, ganhos com instrumentos financeiros, juros e multas recebidos ou auferidos e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos e variação monetária sobre empréstimos e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, despesas com obrigações de outorga, variações cambiais passivas, ajuste a valor presente de clientes e impostos sobre receita financeira. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

k. Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

Lucro real

A Companhia e suas controladas calculam o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Subvenção governamental

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 algumas controladas da Companhia utilizam o benefício fiscal através de laudo constitutivo expedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, conforme área de atuação, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicional, não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração das atividades incentivadas.

Face à existência do incentivo fiscal, a alíquota efetiva do Imposto de Renda somado à contribuição social é calculada à 15,25% (25% de IRPJ - 75% de redução do incentivo fiscal + 9% de CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Em contrapartida as controladas deverão atender algumas obrigações, como o valor do imposto que deixar de ser pago, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e, após seu reconhecimento em conta de resultado pelo regime de competência, constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação e o lucro correspondente a operações com Órgãos Públicos ainda não recebidos. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

(ii) Tributos sobre vendas

O PIS/PASEP e COFINS corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados na operação da Companhia e suas controladas. E para as controladas pelo regime cumulativo as alíquotas são de 0,65% para PIS e 3% para COFINS.

l. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia e suas controladas adotam a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

Nas controladas não estão previstos nos contratos de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas estimaram que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

m. Capitalização dos custos dos empréstimos e debêntures

Os custos dos empréstimos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

n. Normas e interpretações adotadas

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas concluíram que as seguintes normas novas e alteradas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas:

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos.

- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*.

- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

o. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas entrarão em vigor para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

p. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	-	-	14	14
Bancos conta movimento	5	6	1.141	595
	<u>5</u>	<u>6</u>	<u>1.155</u>	<u>609</u>

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

6 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
		Janeiro/2021 a				
Aplicações pós fixadas	100,80% do CDI	Maio/2022	-	17.205	7.930	24.900
Fundo de Investimento Safira	77,21 do CDI	Indeterminado	23.732	-	46.266	31.903
			<u>23.732</u>	<u>17.205</u>	<u>54.196</u>	<u>56.803</u>

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante referem-se a operações compromissadas, que podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pela Capitania S.A., correspondem a aplicações em um fundo de investimentos multimercado crédito privado, não exclusivos, devidamente registrado junto a CVM. As cotas não têm prazo de vencimento, sendo resgatáveis a qualquer momento conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

As aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

Movimentação das aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	17.205	5.142	56.803	37.921
Aplicações	29.000	36.056	116.926	134.084
(-) Resgate de principal	(22.507)	(23.814)	(119.010)	(115.585)
(-) Resgate de juros	(185)	(280)	(1.515)	(1.553)
(-) Incidência de IR	(52)	(42)	(306)	(440)
(-) Incidência de IOF	(1)	(11)	(3)	(14)
Juros no exercício (nota explicativa nº 20)	272	154	1.301	2.390
Saldo final	<u>23.732</u>	<u>17.205</u>	<u>54.196</u>	<u>56.803</u>

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2020	2019
Faturamento de serviços de água e esgoto	25.889	24.976
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	4.734	4.618
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(8.016)	(6.017)
	22.607	23.577
Circulante	21.258	21.465
Não circulante	1.349	2.112

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim representado:

	Consolidado						
	Saldos vencidos - 2020						Total em
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	Total	
Classe de consumidor							
Residencial	5.152	8.240	2.429	-	-	10.669	15.821
Comercial	629	957	344	-	-	1.301	1.930
Industrial	24	28	18	-	-	46	70
Setor público	558	617	454	831	-	1.902	2.460
Subtotal consumidores	6.363	9.842	3.245	831	-	13.918	20.281
Renegociações (i)	4.011	1.139	396	58	4	1.597	5.608
	10.374	10.981	3.641	889	4	15.515	25.889
	Consolidado						
	Saldos vencidos - 2019						Total em
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	Total	
Classe de consumidor							
Residencial	4.597	5.394	1.237	-	11	6.642	11.239
Comercial	954	826	233	-	1	1.060	2.014
Industrial	21	67	33	-	-	100	121
Setor público	1.746	1.165	380	262	89	1.896	3.642
Subtotal consumidores	7.318	7.452	1.883	262	101	9.698	17.016
Renegociações (i)	5.685	1.420	767	76	12	2.275	7.960
	13.003	8.872	2.650	338	113	11.973	24.976

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2020 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 262, calculados individualmente para cada fatura com base na taxa de 5,91% a.a. (R\$ 840 e 5,92% a.a. em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2019, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 578 de reversão de ajuste a valor presente (R\$ 162 em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas estão o parcelamento de débitos e um programa recorrente de cortes.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Natureza	Consolidado			Saldo em 2020
	Saldo em 2019	Adições	Reversões	
Privado (ii)	(2.737)	(3.621)	3.339	(3.019)
Público	(1.713)	(1.613)	1.725	(1.601)
Renegociações	(1.567)	(4.647)	2.818	(3.396)
	<u>(6.017)</u>	<u>(9.881)</u>	<u>7.882</u>	<u>(8.016)</u>

Natureza	Consolidado			Saldo em 2019
	Saldo em 2018	Adições	Reversões	
Privado (ii)	(1.757)	(3.778)	2.798	(2.737)
Público	(1.508)	(1.133)	928	(1.713)
Renegociações	(1.886)	(2.501)	2.820	(1.567)
	<u>(5.151)</u>	<u>(7.412)</u>	<u>6.546</u>	<u>(6.017)</u>

As baixas e recuperações de títulos tem a seguinte movimentação no resultado do período em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Natureza	Consolidado		
	Resultado		
	Baixas	Recuperações (iii)	Total em 2020
Privado (ii)	(3.581)	2.167	(1.414)
Público	(1.169)	220	(949)
Renegociações	(5.113)	2.606	(2.507)
	<u>(9.863)</u>	<u>4.993</u>	<u>(4.870)</u>

Natureza	Consolidado		
	Resultado		
	Baixas	Recuperações (iii)	Total em 2019
Privado (ii)	(2.767)	2.166	(601)
Público	(461)	352	(109)
Renegociações	(2.252)	1.289	(963)
	<u>(5.480)</u>	<u>3.807</u>	<u>(1.673)</u>

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

(iii) Títulos anteriormente baixados para o resultado, foram recuperados com ação das controladas da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração, com base nos termos supracitados, determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões, segregados entre as classes de usuários privados, públicos e renegociações.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social	9.707	9.542	10.073	11.311
Outros impostos a recuperar	-	-	562	347
	9.707	9.542	10.635	11.658
Circulante	2.225	2.060	3.153	4.176
Não circulante	7.482	7.482	7.482	7.482

9 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2020, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 608 (R\$ 4.308 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 2.556 (R\$ 6.270 em 31 de dezembro de 2019), individual e consolidado, respectivamente.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A., que detêm 100% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante				
Contas correntes a receber de partes relacionadas (e)				
Águas de Barra do Garças Ltda.	3.076	-	-	-
Águas de Campo Verde S.A.	7.011	7.011	-	-
Águas de Carlinda S.A.	90	90	-	-
Águas de Diamantino S.A.	-	-	1.906	1.906
Águas de Jaurú Abastecimento e Distribuição S.A.	1.301	1.422	-	-
Águas de Marcelândia S.A.	210	210	-	-
Águas de Novo Progresso – Tratamento e Distribuição Ltda.	-	-	246	246
Águas de Paranatinga Ltda.	-	-	2.730	2.730
Águas de Poconé S.A.	70	70	-	-
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda.	-	-	1.457	1.457
Águas de Primavera S.A.	632	632	-	-
Águas de São José S.A.	145	145	-	-
Águas de Sorriso S.A.	12.111	12.111	-	-
Águas de União do Sul S.A.	5	5	-	-
APA – Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	466	466	-	-
Nascentes do Xingú Investimentos S.A.	-	-	12.180	12.180
Saneamento Básico de Jangada S.A.	145	145	-	-
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	874	874	-	-
	26.136	23.181	18.519	18.519

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber				
Águas de Barra do Garças Ltda.	1.478	1.478	-	-
Ativo não circulante				
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício				
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	-	-	-	418
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.) (c)	-	-	652	45
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	-	-	-	400
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	-	-	622	426
Regional 1 Engenharia e Participações Ltda. (c) (anteriormente denominada AGSN Engenharia Ltda.)	-	-	-	182
	-	-	1.274	1.471
Debêntures privadas (f)				
Águas de Campo Verde S.A.	46.493	41.948	-	-
Águas de Primavera S.A.	46.493	41.948	-	-
Águas de Sorriso S.A.	94.181	107.186	-	-
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	22.761	20.535	-	-
	209.928	211.617	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Águas de Cláudia S.A.	4.003	4.003	-	-
Águas de Jaurú Abastecimento e Distribuição S.A.	2.083	2.083	-	-
Águas de Marcelândia S.A.	3.178	3.178	-	-
Águas de Nortelândia S.A.	1.039	1.039	-	-
Águas de Poconé S.A.	3.962	3.962	-	-
Águas de São José S.A.	4.307	4.307	-	-
Águas de Vera S.A.	1.700	1.700	-	-
APA – Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	18.800	18.800	-	-
Saneamento Básico de Jangada S.A.	809	809	-	-
	39.881	39.881	-	-
	277.423	276.157	19.793	19.990
Passivo circulante				
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 13)				
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	-	-	442	446
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.) (c)	-	-	209	73
GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	-	-	92	128
LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	-	-	848	261
Regional 1 Engenharia e Participações Ltda. (c) (anteriormente denominada AGSN Engenharia Ltda.)	-	-	-	29
R3 Engenharia S.A. (anteriormente denominada Igarapé Engenharia S.A.) (c)	-	-	-	188
Outros fornecedores partes relacionadas (d)	-	-	-	1
	-	-	1.591	1.126
Outras contas a pagar para partes relacionadas				
Águas Guariroba S.A.	2.110	-	2.110	-

Passivo não circulante

Contas correntes a pagar para partes relacionadas (e)

Aegea Saneamento e Participações S.A.	31.405	31.405	50.865	50.865
Águas de Claudia S.A.	75	75	-	-
Águas de Marcelândia S.A.	295	295	-	-
Águas de Vera S.A.	141	141	-	-
Regional 1 Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada AGSN Engenharia Ltda.)	990	990	990	990
	<u>32.906</u>	<u>32.906</u>	<u>51.855</u>	<u>51.855</u>
	<u>35.016</u>	<u>32.906</u>	<u>55.556</u>	<u>52.981</u>

Resultado do exercício

Custos dos serviços prestados (b)

GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	-	-	(1.027)	(933)
LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	-	-	(1.046)	(1.760)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.073)</u>	<u>(2.693)</u>

Despesas de vendas, administrativas e gerais

Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	-	-	(5.825)	(5.930)
LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	-	(14)	(174)	(64)
	<u>-</u>	<u>(14)</u>	<u>(5.999)</u>	<u>(5.994)</u>

Receitas financeiras (f)

Águas de Campo Verde S.A.	4.545	6.179	-	-
Águas de Cláudia S.A.	-	204	-	-
Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A.	-	105	-	-
Águas de Marcelândia S.A.	-	162	-	-
Águas de Nortelândia S.A.	-	53	-	-
Águas de Poconé S.A.	-	198	-	-
Águas de Primavera S.A.	4.545	6.179	-	-
Águas de São José S.A.	-	54	-	-
Águas de Sorriso S.A.	10.997	15.790	-	-
Águas de Vera S.A.	-	120	-	-
APA - Água de Peixoto de Azevedo S.A.	-	1.090	-	-
Saneamento Básico de Jangada S.A.	-	41	-	-
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	2.225	3.025	-	-
	<u>22.312</u>	<u>33.200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>22.312</u>	<u>33.186</u>	<u>(8.072)</u>	<u>(8.687)</u>

- (a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (b) Refere-se a serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e serviço de desenvolvimento e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.
- (c) Refere-se contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário.
- (d) Os saldos mantidos com partes relacionadas classificados no grupo de outros créditos e fornecedores referem-se substancialmente a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (e) Os valores referentes a essas transações estão mantidos nos ativos circulantes e passivos não circulantes, e referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem prazo de vencimento e atualização.

- (f) Os valores referem-se a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, emitidas pelas controladas, a uma taxa de juros IPCA + 6,16% a.a., com prazo de vencimento em outubro de 2024. Foram registrados no resultado do exercício os juros no montante de R\$ 22.312 (R\$ 33.200 em 31 de dezembro de 2019).

10 Investimentos e provisão para perda em investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora	
	2020	2019
Investimentos	96.591	95.023
Provisão para perda em investimentos	(7.923)	(6.140)

b. Composição dos investimentos

	Capital Social	Quantidade de ações ordinárias	Participação	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2020	Investimentos	Outras combinações de negócios	Valor do investimento em 31 de dezembro de 2020
Águas de Barra do Garças Ltda.	5.745	-	99,99%	56.368	(33.081)	3.845	23.287	23.285	7.239	30.524
Águas de Campo Verde S.A.	13.918	13.918.003	51,00%	73.876	(59.163)	(18)	14.713	7.504	6.607	14.111
Águas de Carlinda S.A.	70	70.000	51,00%	1.165	(771)	235	394	201	192	393
Águas de Cláudia S.A.	350	350.000	51,00%	8.237	(5.105)	1.168	3.132	1.597	337	1.934
Águas de Nortelândia S.A.	30	30.000	51,00%	4.114	(1.474)	747	2.640	1.346	171	1.517
Águas de Primavera S.A.	10.214	10.214.151	51,00%	89.664	(67.057)	(1.512)	22.607	11.530	7.778	19.308
Águas de Santa Carmem S.A.	70	70.000	51,00%	1.701	(245)	326	1.456	743	93	836
Águas de São José S.A.	100	100.000	51,00%	10.459	(4.613)	1.527	5.846	2.981	495	3.476
Águas de Sorriso S.A.	17.229	17.229.262	51,00%	133.079	(111.382)	(7.354)	21.697	11.065	11.096	22.161
Águas de União do Sul S.A.	70	70.000	51,00%	1.209	(210)	202	999	509	44	553
Águas de Vera S.A.	70	70.000	51,00%	5.344	(2.971)	473	2.373	1.210	384	1.594
Saneamento Básico de Jangada S.A.	100	100.000	51,00%	1.240	(1.078)	136	162	83	101	184
							Valor do investimento em 31 de dezembro de 2020			96.591
Águas de Jaurú Abastecimento e Distribuição S.A.	50	50.000	51,00%	6.482	(8.068)	(806)	(1.586)	(809)	1	(808)
Águas de Marcelândia S.A.	160	160.000	51,00%	2.569	(4.983)	454	(2.414)	(1.231)	137	(1.094)
Águas de Poconé S.A.	100	100.000	51,00%	4.966	(9.762)	(511)	(4.796)	(2.446)	587	(1.859)
APA - Água de Peixoto de Azevedo S.A.	6	6.000	51,00%	23.964	(26.788)	261	(2.824)	(1.440)	590	(850)
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	4.740	4.739.538	51,00%	17.357	(24.268)	(2.595)	(6.911)	(3.525)	213	(3.312)
							Valor da provisão para perda do investimento em 31 de dezembro de 2020			(7.923)
										88.668

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Capital Social	Quantidade de ações ordinárias	Participação	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2019	Investimentos	Outras combinações de negócios	Valor do investimento em 31 de dezembro de 2019
Água de Barra do Garças Ltda.	5.745	-	99,99%	45.068	(27.321)	3.429	17.747	17.745	7.796	25.541
Águas de Campo Verde S.A.	13.918	13.918.003	51,00%	69.669	(55.544)	(2.958)	14.125	7.204	7.267	14.471
Águas de Carlinda S.A.	70	70.000	51,00%	934	(790)	248	144	73	207	280
Águas de Cláudia S.A.	350	350.000	51,00%	7.091	(5.154)	1.113	1.937	988	363	1.351
Saneamento Básico de Jangada S.A.	100	100.000	51,00%	1.064	(1.044)	(1)	20	10	110	120
Águas de Nortelândia S.A.	30	30.000	51,00%	3.331	(1.444)	466	1.887	962	177	1.139
Águas de Primavera S.A.	10.214	10.214.151	51,00%	86.511	(63.170)	(1.186)	23.341	11.904	8.556	20.460
Águas de Santa Carmem S.A.	70	70.000	51,00%	1.363	(241)	230	1.122	572	102	674
Águas de São José S.A.	100	100.000	51,00%	8.891	(4.601)	1.281	4.290	2.188	523	2.711
Águas de Sorriso S.A.	17.229	17.229.262	51,00%	153.051	(125.110)	(5.433)	27.941	14.250	12.206	26.456
Águas de União do Sul S.A.	70	70.000	51,00%	969	(176)	86	793	405	49	453
Águas de Vera S.A.	70	70.000	51,00%	4.831	(2.960)	510	1.871	954	413	1.367
										95.023
Águas de Jaurú Abastecimento e Distribuição S.A.	50	50.000	51,00%	4.867	(5.647)	118	(780)	(398)	1	(397)
Águas de Marcelândia S.A.	160	160.000	51,00%	2.123	(5.000)	(125)	(2.877)	(1.467)	148	(1.319)
Águas de Poconé S.A.	100	100.000	51,00%	4.977	(9.351)	(598)	(4.374)	(2.231)	706	(1.525)
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	4.740	4.739.538	51,00%	17.711	(22.079)	(3.631)	(4.368)	(2.228)	283	(1.945)
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	6	6.000	51,00%	23.366	(26.511)	(684)	(3.145)	(1.604)	650	(954)
										(6.140)
										88.883

c. Movimentação dos investimentos

	Valor do investimento em 31 de dezembro de 2019	Resultado de Equivalência Patrimonial			Valor do investimento em 31 de dezembro de 2020
		Equivalência patrimonial	Amortização do valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios (i)	Participação no ajuste de avaliação patrimonial (d)	
Águas de Barra do Garças Ltda.	25.541	3.845	-	1.138	30.524
Águas de Campo Verde S.A.	14.471	(9)	(351)	-	14.111
Águas de Carlinda S.A.	280	120	(7)	-	393
Águas de Cláudia S.A.	1.351	596	(13)	-	1.934
Águas de Nortelândia S.A.	1.139	381	(3)	-	1.517
Águas de Primavera S.A.	20.460	(771)	(381)	-	19.308
Águas de Santa Carmem S.A.	674	166	(4)	-	836
Águas de São José S.A.	2.711	779	(14)	-	3.476
Águas de Sorriso S.A.	26.456	(3.751)	(544)	-	22.161
Águas de União do Sul S.A.	453	103	(3)	-	553
Águas de Vera S.A.	1.367	241	(14)	-	1.594
Saneamento Básico de Jangada S.A.	120	69	(5)	-	184
	95.023	1.769	(1.339)	1.138	96.591
Águas de Jaurú Abastecimento e Distribuição S.A.	(397)	(411)	-	-	(808)
Águas de Marcelândia S.A.	(1.319)	232	(7)	-	(1.094)
Águas de Poconé S.A.	(1.525)	(261)	(73)	-	(1.859)
APA - Água de Peixoto de Azevedo S.A.	(954)	133	(29)	-	(850)
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	(1.945)	(1.323)	(44)	-	(3.312)
	(6.140)	(1.630)	(153)	-	(7.923)
	88.883	139	(1.492)	1.138	88.668

	Valor do investimento em 31 de dezembro de 2018	Resultado de Equivalência Patrimonial			Participação no ajuste de avaliação patrimonial ^(d)	Valor do investimento em 31 de dezembro de 2019
		Equivalência patrimonial	Amortização do valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios ⁽ⁱⁱ⁾	Dividendos e Juros sobre o capital próprio		
Água de Barra do Garças Ltda.	22.498	3.428	-	(891)	506	25.541
Águas de Campo Verde S.A.	16.331	(1.509)	(351)	-	-	14.471
Águas de Carlinda S.A.	160	127	(7)	-	-	280
Águas de Cláudia S.A.	794	570	(13)	-	-	1.351
Saneamento Básico de Jangada S.A.	126	(1)	(5)	-	-	120
Águas de Nortelândia S.A.	905	237	(3)	-	-	1.139
Águas de Primavera S.A.	21.448	(607)	(381)	-	-	20.460
Águas de Santa Carmem S.A.	561	117	(4)	-	-	674
Águas de São José S.A.	2.071	654	(14)	-	-	2.711
Águas de Sorriso S.A.	29.772	(2.772)	(544)	-	-	26.456
Águas de União do Sul S.A.	412	44	(3)	-	-	453
Águas de Vera S.A.	1.119	262	(14)	-	-	1.367
	96.197	550	(1.339)	(891)	506	95.023
Águas de Jaurú Abastecimento e Distribuição S.A.	(457)	60	-	-	-	(397)
Águas de Marcelândia S.A.	(1.249)	(63)	(7)	-	-	(1.319)
Águas de Poconé S.A.	(1.147)	(305)	(73)	-	-	(1.525)
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	(49)	(1.852)	(44)	-	-	(1.945)
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	(575)	(350)	(29)	-	-	(954)
	(3.477)	(2.510)	(153)	-	-	(6.140)
	92.720	(1.960)	(1.492)	(891)	506	88.883

(i) Amortização está contabilizada no resultado do exercício da controladora em despesas administrativas e gerais.

d. Participação no ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconheceu participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente da sua política de *hedge* de fluxo de caixa, assim como, de sua controlada Águas de Barra do Garças Ltda., conforme descrito na nota explicativa nº 22.

11 Ativo de contrato da concessão

Ativo de contrato da concessão

Consolidado	
2020	2019
48.418	102.731

Referem-se ao direito contratual da concessionária de cobrar dos usuários os serviços públicos de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível (nota explicativa nº 12).

	Consolidado			
	2019	2020		
	Custo	Adições ⁽ⁱ⁾	Transferências ⁽ⁱⁱ⁾	Custo
Ativo de contrato da concessão	102.731	31.692	(86.005)	48.418

	Consolidado			
	2018	2019		
	Custo	Adições (i)	Transferências (ii)	Custo
Ativo de contrato da concessão	65.554	39.768	(2.591)	102.731

- (i) Os juros sobre empréstimos e debêntures que são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram capitalizados R\$ 4.663 à uma taxa média de 9,60% a.a. (R\$ 8.657 e 8,35% a.a. em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) O saldo refere-se à classificação de ativo de contrato da concessão para ativo intangível à medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação.

12 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2020			2019
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	de 30 a 50	5,2%	134.450	(60.109)	74.341	80.419
Instalações técnicas de saneamento	de 04 a 38	6,8%	257.466	(71.668)	185.798	139.205
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 38	7,8%	92.004	(20.062)	71.942	59.767
Máquinas e equipamentos	de 05 a 42	7,2%	17.482	(8.148)	9.334	7.145
Outros componentes	de 03 a 38	6,5%	2.460	(1.344)	1.116	3.502
			<u>503.862</u>	<u>(161.331)</u>	<u>342.531</u>	<u>290.038</u>
Software						
Licença de uso de <i>Software</i>	de 03 a 10	17,7%	1.449	(1.383)	66	41
			<u>1.449</u>	<u>(1.383)</u>	<u>66</u>	<u>41</u>
			<u>505.311</u>	<u>(162.714)</u>	<u>342.597</u>	<u>290.079</u>

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2019			2018
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	de 30 a 50	5,2%	133.252	(52.833)	80.419	87.691
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 38	6,8%	192.878	(53.673)	139.205	148.999
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 38	6,8%	75.673	(15.906)	59.767	63.480
Máquinas e equipamentos	de 03 a 42	7,7%	11.623	(4.478)	7.145	8.095
Outros componentes	de 03 a 38	7,7%	7.142	(3.640)	3.502	6.619
			<u>420.568</u>	<u>(130.530)</u>	<u>290.038</u>	<u>314.884</u>
Software						
Licença de uso de <i>Software</i>	de 03 a 10	33,3%	1.168	(1.127)	41	113
			<u>1.168</u>	<u>(1.127)</u>	<u>41</u>	<u>113</u>
			<u>421.736</u>	<u>(131.657)</u>	<u>290.079</u>	<u>314.997</u>

b. Movimentação do custo

Ativo	2019	2020			
	Custo	Adições - nota explicativa 11 item (ii)	Baixas	Transferências (i)	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	133.252	1.200	-	(2)	134.450
Instalações técnicas de saneamento	192.878	45.120	(492)	19.960	257.466
Edificações de estações de tratamento	75.673	40.295	-	(23.964)	92.004
Máquinas e equipamentos	11.623	585	(22)	5.296	17.482
Outros componentes	7.142	5	(136)	(4.551)	2.460
	<u>420.568</u>	<u>87.205</u>	<u>(650)</u>	<u>(3.261)</u>	<u>503.862</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	1.168	-	-	281	1.449
	<u>1.168</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>281</u>	<u>1.449</u>
	<u>421.736</u>	<u>87.205</u>	<u>(650)</u>	<u>(2.980)</u>	<u>505.311</u>

<u>Ativo</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>			
	<u>Custo</u>	<u>Adições - nota explicativa 11 item (ii)</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Custo</u>
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	133.252	-	-	-	133.252
Instalações técnicas de saneamento	187.709	425	-	4.744	192.878
Edificações de estações de tratamento	73.472	2.166	-	35	75.673
Máquinas e equipamentos	11.594	-	-	29	11.623
Outros componentes	12.106	-	(156)	(4.808)	7.142
	<u>418.133</u>	<u>2.591</u>	<u>(156)</u>	<u>-</u>	<u>420.568</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	1.168	-	-	-	1.168
	<u>1.168</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.168</u>
	<u>419.301</u>	<u>2.591</u>	<u>(156)</u>	<u>-</u>	<u>421.736</u>

c. Movimentação da amortização

<u>Ativo</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>			<u>Amortização acumulada</u>
	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (i)</u>	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	(52.833)	(7.277)	-	1	(60.109)
Instalações técnicas de saneamento	(53.673)	(15.408)	(1)	(2.586)	(71.668)
Edificações de estações de tratamento	(15.906)	(8.686)	-	4.530	(20.062)
Máquinas e equipamentos	(4.478)	(1.010)	8	(2.668)	(8.148)
Outros componentes	(3.640)	(274)	65	2.505	(1.344)
	<u>(130.530)</u>	<u>(32.655)</u>	<u>72</u>	<u>1.782</u>	<u>(161.331)</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	(1.127)	(60)	-	(196)	(1.383)
	<u>(1.127)</u>	<u>(60)</u>	<u>-</u>	<u>(196)</u>	<u>(1.383)</u>
	<u>(131.657)</u>	<u>(32.715)</u>	<u>72</u>	<u>1.586</u>	<u>(162.714)</u>

Ativo	2018	2019			Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	(45.561)	(7.272)	-	-	(52.833)
Instalações técnicas de saneamento	(38.710)	(12.289)	-	(2.674)	(53.673)
Edificações de estações de tratamento	(9.992)	(5.883)	-	(31)	(15.906)
Máquinas e equipamentos	(3.499)	(983)	-	4	(4.478)
Outros componentes	(5.487)	(927)	74	2.700	(3.640)
	<u>(103.249)</u>	<u>(27.354)</u>	<u>74</u>	<u>(1)</u>	<u>(130.530)</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	(1.055)	(73)	-	1	(1.127)
	<u>(1.055)</u>	<u>(73)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(1.127)</u>
	<u>(104.304)</u>	<u>(27.427)</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>(131.657)</u>

(i) Transferência para o ativo imobilizado no valor de R\$ 1.394, líquido da amortização no valor de R\$ 1.586. Não houve impacto no resultado.

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil do ativo, dos dois o menor.

Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2020.

13 Fornecedores e empreiteiros

	Consolidado	
	2020	2019
Prestação de serviços e empreiteiros a pagar	9.185	12.030
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	1.591	1.126
	<u>10.776</u>	<u>13.156</u>

14 Empréstimos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	Controladora		Consolidado	
					2020	2019	2020	2019
Debêntures Incentivadas	IPCA + 6,16% a.a.	Agosto/2023 a Agosto/2024	155.000	155.000	178.391	170.251	177.762	169.453
<i>Loan</i>	Libor + 3,25% a.a.	Dezembro/2026	27.814	27.814	-	-	25.828	23.273
					<u>178.391</u>	<u>170.251</u>	<u>203.590</u>	<u>192.726</u>
Circulante					3.408	3.321	7.748	6.700
Não circulante					174.983	166.930	195.842	186.026

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - empréstimos	Consolidado
	2020
2022	4.376
2023	4.376
2024	4.376
2025	4.376
2026 em diante	4.376
	21.880

Cronograma de amortização da dívida – debêntures	Controladora	Consolidado
	2020	2020
2023	88.245	88.245
2024	88.246	88.246
	176.491	176.491
	Controladora	Consolidado
	2020	2020
Custo de captação (não circulante)	(1.508)	(2.529)
Total	174.983	195.842

Movimentação das dívidas:	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	170.251	163.281	192.726	187.862
(-) Pagamentos do principal	-	-	(4.251)	(3.358)
(-) Pagamentos de juros	(10.404)	(9.956)	(11.696)	(11.501)
Provisão de juros (nota explicativa nº 20)	17.968	16.352	14.588	9.222
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (nota explicativa nº 11, item “i”)	-	-	4.663	8.657
Varição cambial (nota explicativa nº 20)	-	-	6.735	1.023
Amortização de custo de captação do exercício	576	574	825	821
Saldo final	178.391	170.251	203.590	192.726

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2020 totaliza o montante de R\$ 3.184 (R\$ 4.009 em 31 de dezembro de 2019) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em julho de 2017, mediante a 3ª emissão, a Companhia emitiu 155.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória com valor nominal total de R\$ 155.000 para fazer frente ao programa de investimentos. Estas debêntures serão pagas em duas parcelas anuais em agosto de 2023 e 2024. O desembolso desta emissão ocorreu em agosto de 2017. Para essas debêntures a interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”) prestou garantia fidejussória.

Em dezembro de 2014, a controlada Águas de Barra do Garças Ltda. (“Barra do Garças”) contratou uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A. (PROPARCO)* no montante de US\$ 8.000, com vencimento em dezembro de 2026. Em junho de 2016, ocorreu o desembolso no valor total de R\$ 27.814 (taxa R\$ 3,4768). A amortização é semestral e se dá em 19 parcelas iguais a partir de dezembro de 2017. A controlada Barra do Garças concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela Aegea; (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis de Barra do Garças; (iii) penhor de 100% das cotas de Barra do Graças detidas pela Aegea; e (iv) 15 notas promissórias correspondentes à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a controlada contratou junto ao Banco Santander instrumento derivativo de *Cross Currency Swap*, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

Em 31 de dezembro de 2020 a controlada Barra do Garças registrou R\$ (1.931) de eventos temporais de marcação a mercado de seus derivativos, reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas mantém em seus empréstimos, debêntures, garantias, restrições e *covenants*, qualitativos e quantitativos, usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos e debêntures estão integralmente cumpridas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020.

15 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que estão envolvidas.

A Administração, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e suas controladas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas esperadas com as ações em curso e depósitos judiciais como segue:

Natureza	Controladora			
	Depósitos judiciais		Demandas judiciais	
	2020	2019	2020	2019
Cíveis	-	73	-	-
Tributárias	169	-	-	-
	<u>169</u>	<u>73</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Natureza	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Demandas judiciais	
	2020	2019	2020	2019
Cíveis	69	158	36	11
Trabalhistas	117	66	336	246
Tributárias	435	227	-	-
	<u>621</u>	<u>451</u>	<u>372</u>	<u>257</u>

Movimentação da provisão para demandas judiciais

Natureza	Consolidado				2020
	2019	Adições	Baixas	Pagamentos	
Cível	11	761	(64)	(672)	36
Trabalhista	246	1.033	(649)	(294)	336
	<u>257</u>	<u>1.794</u>	<u>(713)</u>	<u>(966)</u>	<u>372</u>

Natureza	Consolidado				2019
	2018	Adições	Baixas	Pagamentos	
Cível	13	702	(82)	(622)	11
Trabalhista	7	825	(434)	(152)	246
	<u>20</u>	<u>1.527</u>	<u>(516)</u>	<u>(774)</u>	<u>257</u>

Demandas judiciais possíveis

As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, somavam o montante de R\$ 3.261 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 9.759 em 31 de dezembro de 2019), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a. Processos cíveis

- A controlada Águas de Sorriso S.A. possui processo movido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso “MP” para reparação e indenização dos danos ao meio ambiente, na qual o MP alega ter ocorrido desmate em imóvel de propriedade do Município, em áreas de preservação permanente. O valor estimado da contingência em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 0, devido sua classificação ter sido considerada remota (R\$ 5.681 em 31 de dezembro de 2019).
- As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos possíveis no valor de R\$ 440 (R\$ 421 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.

b. Processos trabalhistas

- A controlada Águas de União do Sul S.A. possui processo reivindicando pensão vitalícia e indenização de lucros cessantes, indenização substitutiva de reintegração por estabilidade, dano moral. O valor estimado da contingência em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 302 (R\$ 1.007 em 31 de dezembro de 2019).
- As demais controladas da Companhia possuem processos trabalhistas no valor de R\$ 364 (R\$ 495 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.

c. Processos tributários

- A controlada Águas de Sorriso S.A. possui processo de execução fiscal movida pela União Federal Fazenda Nacional, tendo como objeto as certidões da dívida ativa referente a IRPJ e CSLL, que encontram-se com exigibilidade suspensa. O valor estimado da contingência em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.209 (R\$ 1.209 em 31 de dezembro de 2019).
- As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos possíveis no valor de R\$ 719 (R\$ 719 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.

d. Processos ambientais

- As controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos possíveis no valor de R\$ 227 (R\$ 227 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.

Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 621 (R\$ 451 em 31 de dezembro de 2019). Não existindo depósito de valor individual significativo.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 24 de maio de 2019, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., aumentou o capital no valor de R\$ 127.553, mediante a capitalização de créditos detidas por ela contra a Companhia, totalizando um capital social integralizado de R\$ 187.555.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	Consolidado
Aegea Saneamento e Participações S.A.	100,00%

b. Ajuste de avaliação patrimonial

É a porção efetiva da variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentada nesta conta, conforme nota explicativa nº 22 – Instrumentos financeiros.

c. Reserva de subvenção para investimento

A Reserva foi constituída com base no art. 11 da Resolução CD/CONDEL/SUDAM nº 65 de 29 de dezembro de 2017 Ministério da Integração Nacional. As controladas possuem incentivo fiscal de redução da alíquota do Imposto de Renda em 75%.

d. Prejuízos acumulados

É constituído pelos prejuízos acumulados do exercício corrente e anteriores e será compensado pelos lucros futuros.

17 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2020	2019
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	92.297	84.511
Outros serviços indiretos de água	3.371	6.223
Serviços de esgoto	27.134	25.060
Outros serviços indiretos de esgoto	262	2.413
Receitas de construção ativo intangível	31.692	39.768
Total receita bruta	154.756	157.975
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(1.396)	(4.304)
(-) Impostos sobre serviços	(11.099)	(10.536)
Total da receita operacional líquida	142.261	143.135

18 Custos dos serviços prestados por natureza

	Consolidado	
	2020	2019
Pessoal	(7.159)	(7.767)
Serviços de terceiros	(5.913)	(3.879)
Amortização e depreciação	(31.954)	(26.610)
Custo de concessão	(2.844)	(1.638)
Custo de construção ativo intangível	(31.692)	(39.768)
Energia elétrica	(16.624)	(13.472)
Produtos químicos	(1.289)	(1.849)
Locação	(2.364)	(3.452)
Outros	(3.089)	(7.330)
	<u>(102.928)</u>	<u>(105.765)</u>

19 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal	(714)	(4.865)	(4.414)	(8.705)
Serviços de terceiros	(633)	(802)	(8.447)	(9.353)
Materiais, equipamentos e veículos	-	-	(305)	(200)
Amortização e depreciação	-	-	(993)	(839)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(1.999)	(866)
Baixa de títulos do contas a receber	-	-	(4.870)	(1.673)
Reversão (Provisão) de demandas judiciais	10	-	(1.081)	(1.011)
Energia elétrica	-	(7)	(303)	(328)
Locação	-	(14)	(463)	(247)
Outras	(21)	(171)	(2.554)	(2.570)
	<u>(1.358)</u>	<u>(5.859)</u>	<u>(25.429)</u>	<u>(25.792)</u>

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras e debêntures (i)	22.584	33.354	1.301	2.390
Juros e multa recebidos ou auferidos	-	-	2.455	2.704
Variações cambiais ativas	-	-	7.792	4.833
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 22)	-	-	7.100	3.257
Outras receitas financeiras	252	415	340	494
Receitas financeiras	<u>22.836</u>	<u>33.769</u>	<u>18.988</u>	<u>13.678</u>
Despesas				
Encargos e variação monetária sobre empréstimos e debêntures (nota explicativa nº 14)	(17.968)	(16.352)	(14.588)	(9.222)
Descontos concedidos	-	-	(2.903)	(1.269)
Despesas e comissões bancárias	(161)	(167)	(1.959)	(2.001)
Variações cambiais passivas	-	-	(14.527)	(5.856)
Reversão (provisão) de ajuste a valor presente de clientes	-	-	578	(162)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 22)	-	-	-	(2.923)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(1.062)	(1.653)	(1.391)	(1.892)
Outras despesas financeiras	(700)	(586)	(1.302)	(1.926)
Despesas financeiras	<u>(19.891)</u>	<u>(18.758)</u>	<u>(36.092)</u>	<u>(25.251)</u>
Resultado financeiro	<u>2.945</u>	<u>15.011</u>	<u>(17.104)</u>	<u>(11.573)</u>

(i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras na controladora abrangem juros incorridos sobre debêntures privadas no montante de R\$ 22.312 no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2020 (R\$ 33.200 em 31 de dezembro de 2019)

21 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes nas demonstrações de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está apresentada como segue:

	Controladora	
	2020	2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	234	5.700
Resultado de equivalência patrimonial	1.353	3.452
Lucro contábil ajustado	1.587	9.152
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(540)	(3.112)
Despesas indedutíveis	(649)	(1.071)
Juros sobre o capital próprio	-	(303)
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias não reconhecido (i)	744	(32)
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	389	1.402
Doações Lei Rouanet e caráter desportivo PAT	5	-
Outras diferenças permanentes	24	22
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(421)	(3.034)
Diferido	394	(2)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(27)	(3.036)
Alíquota efetiva	2%	33%
	Consolidado	
	2020	2019
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(3.188)	(27)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	1.084	9
Redução da alíquota - Lucro de exploração (ii)	(523)	2.405
Despesas indedutíveis	(1.402)	(1.905)
Baixa de títulos do contas a receber	-	(1.181)
Inovação tecnológica	-	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecido (i)	1.110	476
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	(803)	(102)
Alteração de alíquota de 34% para 15,25% sobre diferenças temporárias (ii)	-	(2.526)
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	34	34
Doações Lei Rouanet e caráter desportivo PAT	47	-
Outras diferenças permanentes	79	98
Outras diferenças permanentes	209	179
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(4.265)	(5.050)
Diferido	3.337	1.720
Lucro da exploração	763	851
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(165)	(2.479)

Devido a apuração individual de cada controlada, em que o prejuízo e o lucro contábil não são fiscalmente compensáveis, a análise em termos percentuais da alíquota efetiva fica prejudicada. Em 31 de dezembro de 2019, o valor apresentado no imposto de renda e contribuição social no exercício é superior ao resultado contábil consolidado e, portanto, ultrapassa a alíquota de 100%. Em 31 de dezembro de 2020 a alíquota é de (5%).

	Controladora	
	2020	2019
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos		
Total do imposto de renda e contribuição social apurados	(421)	(3.034)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(121)	(110)
Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir)	70	164
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa:	<u>(472)</u>	<u>(2.980)</u>
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a retenções na fonte	<u>70</u>	<u>164</u>
	Consolidado	
	2020	2019
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos		
Total do imposto de renda e contribuição social apurados, líquido do lucro da exploração	(3.502)	(4.199)
Saldo pago de anos anteriores	(39)	(132)
Incentivo lucro da exploração de anos anteriores (iii)	-	(313)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(290)	(1.090)
Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir)	454	268
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa:	<u>(3.377)</u>	<u>(5.466)</u>
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a retenções na fonte	154	229
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>300</u>	<u>39</u>
	<u>454</u>	<u>268</u>

- (i) Ativo fiscal diferido não reconhecido a medida em que não é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.
- (ii) A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, visando a modernização de empreendimento de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de renda e adicional, não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração das controladas até o ano calendário de 2027.
- (iii) Os laudos emitidos em 2019 conferem as controladas o incentivo fiscal retroativo ao período de janeiro de 2018.

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora			
	2019	Resultado	Patrimônio Líquido	2020
Custos na captação de debêntures	(904)	196	-	(708)
Instrumento financeiro derivativo	(198)	198	-	-
Passivo fiscal diferido	<u>(1.102)</u>	<u>394</u>	<u>-</u>	<u>(708)</u>

Controladora				
	2018	Resultado	Patrimônio Líquido	2019
Custos na captação de debêntures	(1.100)	196	-	(904)
Instrumento financeiro derivativo	-	(198)	-	(198)
Passivo fiscal diferido	(1.100)	(2)	-	(1.102)

Consolidado				
	2019	Resultado	Patrimônio Líquido	2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	991	367	-	1.358
Provisão para participação nos lucros	468	47	-	515
Provisão para demandas judiciais (i)	38	33	-	71
Ajuste a valor presente de clientes (i)	195	(126)	-	69
Variação cambial	1.110	1.845	-	2.955
Perda com clientes	126	120	-	246
Prejuízo fiscal e base negativa e contribuição social	12.626	1.806	-	14.432
Passíveis de compensação	(6.664)	(3.635)	-	(10.299)
Ativo fiscal diferido	8.890	457	-	9.347
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	(21.102)	1.795	-	(19.307)
Custo de captação de empréstimos e debêntures (i)	(1.275)	260	-	(1.015)
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	(6.445)	(907)	-	(7.352)
Instrumento financeiro derivativo	(269)	198	(586)	(657)
Ganho ou perda com derivativo	(202)	(1.854)	-	(2.056)
Baixa por perda	(541)	(249)	-	(790)
Perda com clientes	(2)	2	-	-
Passíveis de compensação	6.664	3.635	-	10.299
Passivo fiscal diferido	(23.172)	2.880	(586)	(20.878)
Passivo fiscal diferido líquido	(14.282)	3.337	(586)	(11.531)

Consolidado				
	2018	Resultado	Patrimônio Líquido	2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	1.065	(74)	-	991
Provisão para participação nos lucros	479	(11)	-	468
Provisão para demandas judiciais (i)	5	33	-	38
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	3.580	(3.580)	-	-
Ajuste a valor presente de clientes (i)	155	40	-	195
Instrumento financeiro derivativo	190	-	(190)	-
Variação cambial	912	198	-	1.110
Perda com clientes	-	126	-	126
Prejuízo fiscal e base negativa e contribuição social	10.110	2.516	-	12.626
Passíveis de compensação	(7.143)	479	-	(6.664)
Ativo fiscal diferido	9.353	(273)	(190)	8.890
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	(22.898)	1.796	-	(21.102)
Custo de captação de empréstimos e debêntures (i)	(1.640)	365	-	(1.275)
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	(7.699)	1.254	-	(6.445)
Instrumento financeiro derivativo	-	(198)	(71)	(269)
Ganho ou perda com derivativo	-	(202)	-	(202)
Baixa por perda	-	(541)	-	(541)
Perda com clientes	-	(2)	-	(2)
Passíveis de compensação	7.143	(479)	-	6.664

	Consolidado			
	2018	Resultado	Patrimônio Líquido	2019
Passivo fiscal diferido	(25.094)	1.993	(71)	(23.172)
Passivo fiscal diferido líquido	(15.741)	1.720	(261)	(14.282)

(i) Os valores apresentados estão líquidos da alíquota reduzida do IRPJ diferido acumulado até 31 de dezembro de 202 e 2019, conforme mencionado na nota explicativa nº 4, letra “k”, item “i”, nos valores abaixo:

	Consolidado	
	2020	2019
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	769	437
Provisão para demandas judiciais	53	40
Ajuste a valor presente de clientes	11	19
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	9.968	8.443
Outras diferenças temporárias	63	48
Ativo fiscal diferido	10.864	8.987
Custos de captação de empréstimos e debêntures	(68)	(88)
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	(3.712)	(3.760)
Passivo fiscal diferido	(3.780)	(3.848)
Ativo fiscal diferido líquido	7.084	5.139

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	598	617
Provisão para participação nos lucros	172	199	202	227
Provisão para demandas judiciais	-	-	2	9
Ajuste a valor presente de clientes	-	-	9	30
Prejuízos acumulados	4.827	5.018	10.807	10.386
Perda com clientes	-	-	51	-
	4.999	5.217	11.669	11.269

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes.

22 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	6	1.155	609
Aplicações financeiras	23.732	17.205	54.196	56.803
Contas a receber de clientes	-	-	22.607	23.577
Debêntures privadas partes relacionadas	209.928	211.617	-	-
Contas correntes a receber de partes relacionadas	26.136	23.181	18.519	18.519
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	1.478	1.478	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	10.369	3.189
	<u>261.279</u>	<u>253.487</u>	<u>106.846</u>	<u>102.697</u>

Garantias

A política da Companhia e suas controladas é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Controladora							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
2020							
Passivos							
Empréstimos e debêntures	178.391	240.712	10.988	11.239	119.782	98.703	-
Fornecedores e empreiteiros	5	5	5	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	32.906	32.906	-	-	-	-	32.906
	<u>211.302</u>	<u>273.623</u>	<u>10.993</u>	<u>11.239</u>	<u>119.782</u>	<u>98.703</u>	<u>32.906</u>

Controladora							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
2019							
Passivos							
Empréstimos e debêntures	170.251	230.361	10.641	10.442	10.498	106.716	92.064
Fornecedores e empreiteiros	2	2	2	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	32.906	32.906	-	-	-	-	32.906
Outras contas a pagar	2.110	2.110	2.110	-	-	-	-
	<u>205.269</u>	<u>265.379</u>	<u>12.753</u>	<u>10.442</u>	<u>10.498</u>	<u>106.716</u>	<u>124.970</u>

Consolidado							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
2020							
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	10.777	10.777	10.777	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures	203.590	270.254	16.304	16.399	124.785	103.550	9.216
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	51.855	51.855	-	-	-	-	51.855
Outras contas a pagar	2.540	2.540	968	38	38	38	1.458
	<u>268.762</u>	<u>335.426</u>	<u>28.049</u>	<u>16.437</u>	<u>124.823</u>	<u>103.588</u>	<u>62.529</u>

Consolidado							
2019	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	13.156	13.156	13.156	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures	192.726	259.632	15.438	15.043	14.893	110.901	103.357
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	51.855	51.855	-	-	-	-	51.855
Outras contas a pagar	3.941	3.941	2.354	32	32	32	1.491
	<u>261.678</u>	<u>328.584</u>	<u>30.948</u>	<u>15.075</u>	<u>14.925</u>	<u>110.933</u>	<u>156.703</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações debêntures privadas, empréstimos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Instrumentos de taxa variável				
<i>Ativos financeiros</i>				
Aplicações financeiras	23.732	17.205	54.196	56.803
Debêntures privadas	209.928	211.617	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	10.369	3.189
	<u>233.660</u>	<u>228.822</u>	<u>64.565</u>	<u>59.992</u>
Instrumentos de taxa variável				
<i>Passivos financeiros</i>				
Empréstimos e debêntures	<u>178.391</u>	<u>170.251</u>	<u>203.590</u>	<u>192.726</u>

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Controladora					Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2020	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
1- Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	23.732	Variação do CDI	1,90%	451	564	677	338	226	
2- Passivos financeiros									
Debêntures	(178.391)	Variação do IPCA	4,52%	(8.063)	(10.079)	(12.095)	(6.047)	(4.032)	
1 + 2 Exposição líquida	<u>(154.659)</u>			<u>(7.612)</u>	<u>(9.515)</u>	<u>(11.418)</u>	<u>(5.709)</u>	<u>(3.806)</u>	

Consolidado					Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2020	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
1- Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	54.196	Variação do CDI	1,90%	1.030	1.288	1.545	733	515	
2- Passivos financeiros									
Debêntures	(177.761)	Variação do IPCA	4,52%	(8.035)	(10.044)	(12.053)	(6.026)	(4.018)	
1 + 2 Exposição líquida	<u>(123.565)</u>			<u>(7.005)</u>	<u>(8.756)</u>	<u>(10.508)</u>	<u>(5.253)</u>	<u>(3.503)</u>	

Risco de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar os riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo “*swap*”.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia e suas controladas, conforme fornecido aos acionistas baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Consolidado				Cenários				
	Exposição	Unidade	Taxa de câmbio em 2020	I	II	III	IV	V
				Provável	25%	50%	-25%	-50%
Risco Cambial								
1- Instrumentos derivativos								
Empréstimos e financiamentos	(5.061)	USD	R\$ 4,0307	(5.901)	(7.376)	(8.852)	(4.426)	(2.951)
Swap – Ponta ativa (i)	5.064	USD	R\$ 4,0307	5.904	7.380	8.856	4.428	2.952
Exposição líquida	3			3	4	5	2	2

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia e suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Controladora			Total em 2020
		Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	5	-	5
Aplicações financeiras	6	23.732	-	-	23.732
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	9	-	1.478	-	1.478
Debêntures privadas partes relacionadas	9	209.928	-	-	209.928
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	26.136	-	26.136
Total		233.660	27.619	-	261.279
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	13	-	-	5	5
Empréstimos e debêntures	14	-	-	178.391	178.391
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	-	32.906	32.906
Outras contas a pagar		-	-	2.110	2.110
Total		-	-	213.412	213.412

Controladora					
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2019
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	6	-	6
Aplicações financeiras	6	17.205	-	-	17.205
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	9	-	1.478	-	1.478
Debêntures privadas partes relacionadas	9	-	211.617	-	211.617
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	23.181	-	23.181
Total		<u>17.205</u>	<u>236.282</u>	<u>-</u>	<u>253.487</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	13	-	-	2	2
Empréstimos e debêntures	14	-	-	170.251	170.251
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	-	32.906	32.906
Outras contas a pagar		-	-	2.110	2.110
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>205.269</u>	<u>205.269</u>

Consolidado						
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2020
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	1.155	-	1.155
Aplicações financeiras	6	54.196	-	-	-	54.196
Contas a receber de clientes	7	-	-	22.607	-	22.607
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	-	18.519	-	18.519
Instrumentos financeiros derivativos		8.437	1.932	-	-	10.369
Total		<u>62.633</u>	<u>1.932</u>	<u>42.281</u>	<u>-</u>	<u>106.846</u>
Passivos						
Fornecedores e empreiteiros	13	-	-	-	10.777	10.777
Empréstimos e debêntures	14	-	-	-	203.590	203.590
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	-	-	51.855	51.855
Outras contas a pagar		-	-	-	4.650	4.650
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>270.872</u>	<u>270.872</u>

Consolidado						
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2019
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	609	-	609
Aplicações financeiras	6	56.803	-	-	-	56.803
Contas a receber de clientes	7	-	-	23.577	-	23.577
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	-	18.519	-	18.519
Instrumentos financeiros derivativos		2.981	208	-	-	3.189
Total		59.784	208	42.705	-	102.697
Passivos						
Fornecedores e empreiteiros	13	-	-	-	13.156	13.156
Empréstimos e debêntures	14	-	-	-	192.726	192.726
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	-	-	51.855	51.855
Outras contas a pagar		-	-	-	3.941	3.941
Total		-	-	-	261.678	261.678

Instrumentos financeiros derivativos

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano por CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

Consolidado							Ativo	
Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	2020	2019	
	USD	USD +	CDI +					
<i>Swap</i>	5.064	4,89%	2,70%	CETIP	15/dez/26	10.369	3.189	
		a.a.	a.a.					
Circulante						2.181	200	
Não circulante						8.188	2.989	

A Companhia e suas controladas efetuaram registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os impactos no resultado do exercício foram:

Derivativo	Mercado	Risco	Consolidado	
			2020	2019
<i>Swap (i)</i>	CETIP	CDI	7.100	334
Efeito líquido no resultado da Companhia (nota explicativa nº 20)			7.100	334

Hedge Accounting

A controlada da Companhia possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim, com base no CPC 48 a Companhia designou as operações apresentadas abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, a qual apresenta o índice de *hedge* equivalente a 1,0, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrual* no resultado conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	Patrimônio Líquido	Variação	Patrimônio Líquido
	2019		2020
Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa:			
Riscos de moeda	208	1.724	1.932
IR/CS diferidos sobre perdas	(71)	(586)	(657)
(Perdas) Ganhos líquidos reconhecidas em outros resultados abrangentes	137	1.138	1.275
	Resultado		Resultado
	2019		2020
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Ganhos reconhecidos no resultado do exercício (nota explicativa nº 20)	334		7.100

Para testar a efetividade do *hedge*, a controlada da Companhia usa o método do derivativo hipotético, comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos.

As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de:

- Índices diferentes (e, conseqüentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de *hedge*;
- O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de *hedge* e itens protegidos;
- Alterações na quantia prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de *hedge*.

Valor justo

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A controlada da Companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a controlada da Companhia está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração considera o dólar do cenário base de R\$ 5,1779/US\$. O cenário I é o dólar a R\$ 4,1423/US\$, o cenário II é o dólar a R\$ 2,9588/US\$ e o cenário III é o dólar a R\$ 2,5890.

Administração considera como risco a alta do CDI. A controlada da Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 30 de dezembro de 2020. A controlada da Companhia estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

Administração considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. A controlada da Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 30 de dezembro de 2020. A controlada da Companhia estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

			Consolidado - 2020		
Instrumento	Exposição	Risco	Cenário		
			I	II	III
		Queda USD	4.496	(2.217)	(4.315)
Swap	10.369	Alta Curva CDI	10.392	10.435	10.455
		Alta Curva Cupom Cambial	10.130	9.667	9.443

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para algumas das operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, assim como fornecedores e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos e debêntures em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrado abaixo:

	Controladora			
	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Debêntures	180.474	209.342	172.912	185.370
	Consolidado			
	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Debêntures	180.474	209.342	172.912	185.370
Loan	26.300	28.520	23.823	26.571
	206.774	237.862	196.735	211.941

Os valores justos de empréstimos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI) e para os empréstimos em moeda estrangeira também é utilizado a curva do cupom limpo.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo das aplicações e dos empréstimos e debêntures é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma operação a ser classificada nas datas-bases.

23 Cobertura de seguros

As controladas da Companhia adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cobertura de seguros era composta por:

	Consolidado	
	2020	2019
Riscos operacionais	126.000	90.000
Danos materiais	100.000	100.000
Responsabilidade civil	5.880	5.054

24 Compromissos vinculados a contratos de concessão

As controladas Águas de Barra do Garça Ltda., Águas de União do Sul S.A., APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A., Águas de Campo Verde S.A., Águas de Primavera S.A., Águas de Carlinda S.A., Águas de Sorriso S.A., Águas de Vera S.A e Águas de Marcelândia S.A., possuem compromissos mensais referente à taxa de regulação que corresponde de 2% a 3% do faturamento ou arrecadação mensal de acordo com cada município.

A controlada Saneamento Básico de Jangada S.A. possui compromisso referente à taxa de regulação que corresponde a R\$ 50 divididos em 30 parcelas anuais, atualizado pelo IGP-M.

* * *

Contador

Itamar Portela Camargo
Contador - CRC MS 010387/O5S-SP